

---

# RELAÇÕES ENTRE POLÍTICA DE INDEXAÇÃO E POLÍTICA LINGUÍSTICA

---

*Relations between indexing policy and language policy*

---

**Luciana Di Paula Andrade da Fonseca (1),**

**Franciele Marques Redigolo (2),**

**Gilberto Gomes Cândido (3),**

**João Batista Ernesto de Moraes (4)**

(1) Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil, *luhandra16de@gmail.com*,

(2) *franciele@ufpa.br*

(3) *ggcandido@ufpa.br*

(4) Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil, *joao.batista@unesp.br*



## Resumo

Esta pesquisa discute as primeiras aproximações entre a política de indexação e a política linguística. Tem-se como objetivo analisar as políticas de indexação de unidades de informação para destacar aspectos implícitos e explícitos de uma política linguística. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, dividida em três etapas: levantamento teórico, busca e seleção documental e aplicação da técnica de análise de conteúdo. Resultou-se que as decisões registradas em uma política de indexação, que direcionam a utilização da linguagem documentária para indexar e recuperar documentos mediante o processo de indexação e suas variáveis de escolha da linguagem documentária, especificidade e exaustividade podem ser diretrizes de uma política linguística no contexto da ciência da informação. Concluiu-se que política de indexação se aproxima de uma política linguística por apresentar decisões explícitas de uso da linguagem documentária identificadas nas variáveis de escolha da linguagem, especificidade e exaustividade, demonstrando uma interseção entre a Ciência da Informação e a Linguística, bem como também com a área da Sociolinguística, por englobar relações sociolinguísticas que fazem parte do contexto, planejamento e dos eixos horizontais e verticais que são elementos em comum nas duas políticas.

**Palavras-chave:** Política de indexação; Política linguística; Ciência da informação; Linguística textual

## Abstract

This research discusses the first approximations between indexing policy and language policy. The objective is to analyze the indexing policies of information units in order to highlight implicit and explicit aspects of a language policy. This is an exploratory and descriptive research, divided into three stages: theoretical survey, search and document selection and application of the content analysis technique. It turned out that the decisions recorded in an indexing policy, which direct the use of documentary language to index and retrieve documents through the indexing process and their variables of choice of documentary language, specificity and exhaustiveness can be guidelines of a language policy in the context of Information Science. It was concluded that indexing policy is close to a linguistic policy because it presents explicit decisions on the use of documentary language identified in the variables of language choice, specificity and exhaustiveness, demonstrating an intersection between Information Science and Linguistics, also including the area of Sociolinguistics, for encompassing sociolinguistic relations that are part of the context, planning, and the horizontal and vertical axes that are elements in common in both policies.

**Keywords:** Indexing policy; Language policy; Information Science; Textual linguistics

## 1 Introdução

---

A Política de Indexação (PI) no contexto de unidades de informação (bibliotecas, arquivos, museus, centros de documentação, dentre outros) pode ser uma ferramenta de padronização dos procedimentos de indexação e de determinação de uso da linguagem (Carneiro 1985; Fujita 2016), conforme os interesses dos usuários da instituição (Lancaster 2004).

Diante disso, o uso da linguagem documentária pode ser um dos aspectos pertinentes da política de indexação, já que é utilizada para representação do conteúdo de um documento por meio de termos, ou seja, uma linguagem documentária emergida da práxis da indexação (Fujita 2003).

Essa representação da informação é orientada por diretrizes para o uso da linguagem documentária e pode ser característica de uma Política Linguística (PL), vista como uma "[...] área de políticas públicas, concebidas e executadas por instituições [...], como os Estados, os governos, as empresas, as igrejas, as empresas, as ONGs e associações, até em famílias" (Oliveira 2016 p. 382). Além disso, pode ter decisões explícitas e implícitas a respeito do uso da linguagem e, muitas vezes, tem um aspecto menos formal (Garcez e Schulz 2016), sendo possível estar inserida dentro de outras políticas (Oliveira 2016).

Dessa forma, o artigo propõe investigar a relação existente entre a política de indexação e a política linguística como áreas que possuem uma interseção por meio da escolha da linguagem documentária para indexação e recuperação da informação. Para tanto, buscou-se analisar a

política de indexação como uma política linguística no contexto das unidades de informação. A partir da problemática apresentada, tem-se como objetivo analisar as políticas de indexação de bibliotecas universitárias para destacar aspectos implícitos e explícitos de uma política linguística.

Para alcançar o objetivo proposto, a pesquisa utilizará como metodologia a análise de conteúdo, que para Minayo (2000) e Bardin (2016) trata-se de um conjunto de técnicas que analisam discursos diversificados, para mostrar a relação entre as áreas da Ciência da Informação e da Linguística por meio de aproximações entre política de indexação e política linguística. Desse modo, na seção seguinte discute-se o percurso metodológico do estudo.

## 2 Metodologia

---

A metodologia da pesquisa é de caráter exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa e foi desenvolvida em três momentos:

- **1º momento** - Levantamento teórico: A partir do levantamento teórico foi possível traçar aproximações entre a política de indexação e a política linguística discutidas na seção 3.

- **2º momento** - Busca e seleção documental: Nesta etapa foram determinadas quais políticas de indexação seriam analisadas para verificação de uso da linguagem documentária em bibliotecas universitárias. Durante a busca e seleção das políticas de indexação, notou-se que poucas instituições públicas e privadas possuem uma política de indexação registrada em manual de indexação e disponibilizada no site da rede de bibliotecas da instituição.

Por isso, motivou-se a seleção de três políticas de indexação de regiões geográficas diferentes, a saber: Universidade Federal de Goiás (UFG/Região Centro-Oeste); Universidade Federal do Amazonas (UFAM/Região Norte); e a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Região Sudeste).

As políticas de indexação estabelecidas fazem parte dos sistemas de bibliotecas das instituições citadas acima, mostrando a forma de aplicação da linguagem documentária entre as regiões brasileiras e em contextos específicos, que foi realizada por meio da análise de conteúdo.

- **3º momento** - Análise de conteúdo: A práxis utilizada nesta segunda etapa da metodologia foi a técnica da análise de conteúdo, que se refere a um conjunto de instrumentos

metodológicos que ajudam na compreensão de discursos variados (Minayo 2000; Bardin 2016). Dito isso, a análise de conteúdo foi construída em três etapas: a) pré-análise; b) categorias; e c) tratamento dos resultados.

a) Pré-análise: foi realizada nas categorias que indicam o uso da linguagem documentária dentro da política de indexação uma leitura flutuante, que consiste “em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações, [...] chamada de leitura ‘flutuante’ por fazer analogia com a atitude do psicanalista” (Bardin 2016 p. 126).

b) Categorias: foi definida como categorias de análise o elemento processo de indexação e suas variáveis conforme Carneiro (1985), Gil Leiva e Fujita (2012) para identificar os aspectos implícitos e explícitos sobre decisões de uso da linguagem que caracterizam a política linguística, como expõe o seguinte quadro.

Quadro 1 – Categorias de análise das políticas de indexação

<b>Categoria</b>	<b>Definição</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Fonte</b>
Escolha da linguagem documentária	Linguagem livre e/ou controlada; pré-coordenada e/ou pós-coordenada; uso de sistemas de organização do conhecimento.	Verificar como a escolha da linguagem é estabelecida pelo sistema de bibliotecas nas políticas de indexação.	Carneiro (1985), Gil Leiva e Fujita (2012)
Especificidade	Uso de termos específicos para representação de um documento.	Identificar de que forma a especificidade é trabalhada pelos sistemas de bibliotecas a partir da política de indexação.	
Exaustividade	Todos os termos extraídos podem ser considerados para representar o conteúdo de um determinado documento, estabelecendo um quantitativo de termos para representação.	Observar o quantitativo de termos definidos pelo sistema de bibliotecas para representação da informação.	Carneiro (1985)

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

As categorias de análise, expostas no quadro 1, funcionaram como marcações para extração de conteúdo da política de indexação por aproximação teórica com a política linguística. Desta forma, foram selecionados trechos das políticas de indexação para análise nas três categorias propostas, feito a partir da última etapa da análise de conteúdo, que é o tratamento dos resultados.

c) Tratamento dos resultados: Deu-se por meio de interpretações e inferências que se referem às categorias de análise a partir de um recorte textual de partes das três políticas de indexação, que sinalizam o uso da linguagem no contexto das bibliotecas universitárias e da teoria estudada. Com isso, o próximo tópico narra sobre a política de indexação e suas aproximações com a política linguística baseada na fundamentação teórica, tendo como autores Carneiro (1985), Calvet (2007), Rubi (2008), Gil Leiva e Fujita (2012), Severo (2013), Garcez e Schulz (2016), Oliveira (2016), Lima, Fujita e Redigolo (2021).

### **3 A Política de Indexação e a Política Linguística: diferenças e aproximações**

A política de indexação para autores como Carneiro (1985), Fujita (2016), Garcia, Redigolo e Benchimol (2018), Fonseca e Redigolo (2020) e Gomes e Lima (2021) é um conjunto de diretrizes que orientam o profissional indexador na atividade da indexação, com objetivo da recuperação, tornando a indexação e a recuperação faces da mesma moeda (Gil Leiva 2008). A vista disso, a política de indexação pode ser considerada um documento administrativo, pois é elaborada a partir de três requisitos: os objetivos da instituição, recursos financeiros, materiais e humanos, e os usuários (Dal'Evedove e Fujita 2015).

Além disso, a política de indexação contém elementos que atuam na indexação e recuperação da informação, são eles: cobertura de assunto, seleção e aquisição de documentos-fontes, processo de indexação, avaliação do sistema, forma de saída, estratégias de busca e o tempo de resposta do sistema (Rubi 2004, 2008; Fujita 2016).

Assim, infere-se que o sistema de recuperação da informação faz parte do planejamento de uma política de indexação, já que “[...] a indexação é um dos processos mais relevantes da Organização da Informação em um Sistema de Recuperação da Informação (SRI)” (Lima, Fujita e Redigolo 2021 p. 284). Entende-se, dessa forma, que a política de indexação é elaborada para orientar o profissional indexador, demonstrando que a indexação é o seu principal elemento.

A indexação é uma atividade que obtém variáveis que estão conexas com o sistema de recuperação da informação, sendo eles: a especificidade, exaustividade, precisão, revocação e escolha da linguagem. Essas variáveis da indexação estabelecem de que forma a linguagem será utilizada para representar o conteúdo documental no sistema de informação, sendo como uma

linguagem geral e/ou específica, por exemplo, como uma linguagem natural (utilizada no dia-a-dia) e/ou uma linguagem documentária (sistemas de organização do conhecimento) (Cintra et al., 2002; Cervantes 2009).

Segundo Cintra et al. (2002 p. 34) as linguagens documentárias agem “como instrumentos intermediários ou instrumentos de comutação, através dos quais se realiza a ‘tradução’ da síntese dos textos e das perguntas dos usuários”. Essa síntese e tradução dos textos ocorre a partir da Análise de Assunto e a Tradução, etapas da indexação (Lancaster 2004).

Com base nisso, todas as decisões tomadas a respeito da indexação e recuperação deverão estar registradas em uma política de indexação para padronizar a aplicação dos procedimentos: leitura documentária, identificação e seleção de conceitos, sendo vista, não como um conjunto de regras, e sim como uma filosofia a ser seguida (Rubi 2004, 2008), uma vez que os profissionais da informação possuem visões de mundo distintos em um mesmo contexto.

Para Lima, Fujita e Redigolo (2021 p. 285) “[...] a determinação e a representação dos conceitos dos documentos estão ligadas ao discurso e às atividades em um contexto [...]”. Assim, entende-se o contexto pelo “[...] enunciado que exprime uma ideia completa, no qual o termo estudado se encontra atualizado. E a identificação das características de um conceito em um contexto é possível graças aos descritores” (Barros 2004 p. 109). Dessa forma, o conceito pode ser definido por meio de suas características, representado por um símbolo verbal - o termo (Lima, Fujita e Redigolo 2021).

A influência do contexto para a definição dos termos para representar a informação contribui no uso da linguagem documentária, para “[...] evitar a ambiguidade e polissemia, pois uma expressão linguística pode apresentar mais de um entendimento” (Lima, Fujita e Redigolo 2021 p. 285), fazendo-se um controle terminológico. Desse modo, a linguagem pode ter várias interpretações em um contexto, podendo sofrer equívocos e, assim, levar ao erro na representação, bem como refletir na recuperação da informação.

Definir as funções da linguagem para representação e recuperação é possível mediante a interdisciplinaridade da área da Ciência da Informação com outros campos do conhecimento, como o campo da Linguística (Borko 1968; Pinheiro 1998), e podendo ir além, para o campo da Sociolinguística (Etto e Carlos 2017). No estudo de Mendonça (2000 p. 50) uma das interseções

entre a área da Linguística e a Ciência da Informação é a representação da informação, entrelaçando “a contribuição da linguística, via linguagem, e a função social da ciência da informação, via comunicação [...]”.

A área da Linguística pode ser representada por Ferdinand de Saussure, com a obra Curso de Linguística Geral, compilado depois de sua morte por alunos franceses, dando uma grande contribuição para o desenvolvimento da linguística básica e aplicada, mostrando a diferença entre língua e linguagem, signo, significado e significante, dando um aspecto estruturalista para a linguística (Maimone e Tálamo 2011).

Todavia, Mikhail Bakhtin aborda a questão da linguística e sua natureza social, como a fala, a enunciação, a valorização dos dados reais, onde a fala está conectada as estruturas sociais, partindo do individual para o social e se contrapondo com a linguística básica e aplicada de Saussure (Bakhtin 2006). Além de Saussure e Bakhtin, temos Noam Chomsky, que na década de 60 trouxe contribuições mais avançadas à área da linguística, dando o *status* de ciência transformacional, com uma gramática generalista (Mendonça 2000).

A partir das contribuições dadas por Saussure, Bakhtin e Chomsky para o desenvolvimento da ciência linguística, foi possível que a mesma fosse solicitada para “a construção de conceitos em diversos campos do conhecimento humano” (Mendonça 2000 p. 50), tal como o campo da Ciência da Informação, sendo a linguagem documentária um elo entre a Linguística e a Ciência da Informação. Visto que, Maimone e Tálamo (2011 não paginado) expõe a linguagem documentária como “hipóteses de organização da informação que intentam promover o encontro informação – usuário, utilizando-se de conhecimentos teóricos e práticos, dentre outras, de áreas como a Linguística”; dando aspectos da linguística documental.

Conforme Almeida et al. (2020) a linguagem documental (documentária) tem como base conceitual a linguística documental, tendo como representante García Gutiérrez, que considera a linguística documental uma disciplina fornecedora de “[...] subsídios teóricos e conceituais ao campo da recuperação da informação [...]” (Almeida et al. 2020 p. 4). Vale ressaltar que, as linguagens documentárias são identificadas por meio da indexação, que pode ser feita em um contexto específico, assim, sendo necessário a elaboração de diretrizes para orientar os afazeres da indexação.

Desse modo, é possível visualizar uma relação da política de indexação com a linguística, por conter decisões sobre como a linguagem documentária deverá ser manipulada dentro de um ambiente organizacional, e estas decisões devem ser explícitas nas variáveis do processo de indexação, como a escolha da linguagem, especificidade e exaustividade (Carneiro 1985; Gil Leiva e Fujita 2012). Essas decisões de uso da linguagem podem ser consideradas diretrizes de uma política linguística.

As primeiras discussões sobre a política linguística, de acordo com Calvet (2007), ocorreram na Europa em 1959, por Einar Haugen, no qual o autor aborda problemas de variações linguísticas na Noruega. Uma vez que essa temática retorna em um evento no qual marcou o surgimento da Sociolinguística, no ano de 1964 na Califórnia, que foi trazida pelo próprio autor, envolvendo questões da política linguística e suas relações com a sociedade (Calvet 2007). Desse modo, compreende-se que a política linguística pode ser diretrizes que vão além da linguística, já que “[...] implica ao mesmo tempo uma abordagem científica das situações sociolinguísticas [...]” (Calvet 2007 p. 19).

Ainda sobre isso, Calvet (2007) explica que a política linguística pode ser retratada como um conjunto de decisões referentes às relações entre o uso das línguas e a sociedade por meio do Estado - ações governamentais, em que a sua implantação ocorre por meio do planejamento linguístico (*language planning*); de ações não-governamentais em um âmbito local (Calvet 2007; Severo 2013; Silva 2014; Oliveira 2016), onde pode vir também embutida dentro de outras políticas, não sendo identificada de imediato seus aspectos.

Oliveira (2016 p. 382) explica que os aspectos não identificáveis de uma política linguística ocorre,

[...] porque as línguas e os seus usos estão conectados a todo agir social do homem. Assim, uma política de saúde ou de defesa, de transporte ou editorial pode ter implicações sobre os usos das línguas e gerar demandas para intervenções sobre a própria língua.

Contudo, do ponto de vista de Garcez e Schulz (2016 p. 1) a política linguística pode ser um conjunto de diretrizes menos formais, ditando filosofias cotidianas, não somente sobre a gestão da linguagem, bem como “[...] as práticas de linguagem, e as crenças e valores que circulam a respeito delas”. Com base nas perspectivas da política linguística acerca de Oliveira (2016), Garcez

e Schulz (2016) há uma possibilidade de a política de indexação ser considerada uma política linguística, já que elas têm o propósito de direcionar o uso da linguagem em diferentes contextos.

Ainda sobre isso, Garcez e Schulz (2016) salientam que o modo no qual a linguagem será utilizada pode aparecer implícita ou explícita em diferentes tipos de documentos, como: leis, decretos, portarias e outros. Em relação a isso, os elementos da política de indexação podem trazer aspectos tácitos e explícitos que aproximam a política de indexação da política linguística, como o planejamento, contexto e os eixos horizontal e vertical.

O planejamento, o contexto e os eixos horizontal e vertical podem ser identificados nas duas políticas. Para elaboração da política de indexação e da política linguística é preciso realizar um planejamento, destacando os objetivos, os instrumentos de linguagem e o público alvo (Carneiro 1985; Calvet 2007), tendo como base o contexto no qual o público alvo está inserido. Assim, o contexto pode ser considerado um dos aspectos fundamentais para o estabelecimento de uma política de indexação e da política linguística, já que as duas levam em consideração as perspectivas psicológicas, físicas e sociais do público alvo/usuários para sua elaboração (Garcez e Schulz 2016; Lima, Fujita e Redigolo 2021).

Baseado nisso, têm-se os eixos horizontal e vertical das políticas, onde aborda as decisões da linguagem, a forma em que elas serão utilizadas em um determinado ambiente, de modo geral e/ou específica, conforme o contexto local (Gil Leiva e Fujita 2012; Severo 13). A seguir, no quadro 2 apresentam-se os aspectos de aproximação das duas políticas e suas funções.

Quadro 2 – Aproximações entre a política de indexação e a política linguística

Aspectos de aproximação entre PI e PL	Funções	Autores
<b>Planejamento</b>	Para elaboração das duas políticas é necessário a realização de um planejamento para possibilitar o conhecimento da linguagem e os instrumentos de linguagem que serão utilizados e o público alvo atendido.	Carneiro (1985) e Calvet (2007)
<b>Contexto</b>	O contexto torna-se essencial tanto para a PI como para a PL, pois é a partir do contexto que definiremos de que forma ocorrerá a gestão da linguagem, podendo aparecer explicitamente ou implicitamente na PI e na PL.	Garcez e Schulz (2016) e Lima, Fujita e Redigolo (2021)
<b>Eixos Horizontais e Verticais</b>	As duas políticas contêm os dois eixos, nos quais influenciam diretamente nas decisões que serão tomadas sobre o uso da linguagem, conforme o contexto e os elementos utilizados para definição, como na política de indexação o uso das variáveis de escolha da linguagem, especificidade e exaustividade. E na política linguística tem-se a ideologia como elemento para definição da linguagem.	Carneiro (1985), Gil Leiva e Fujita (2012), Severo (2013)

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

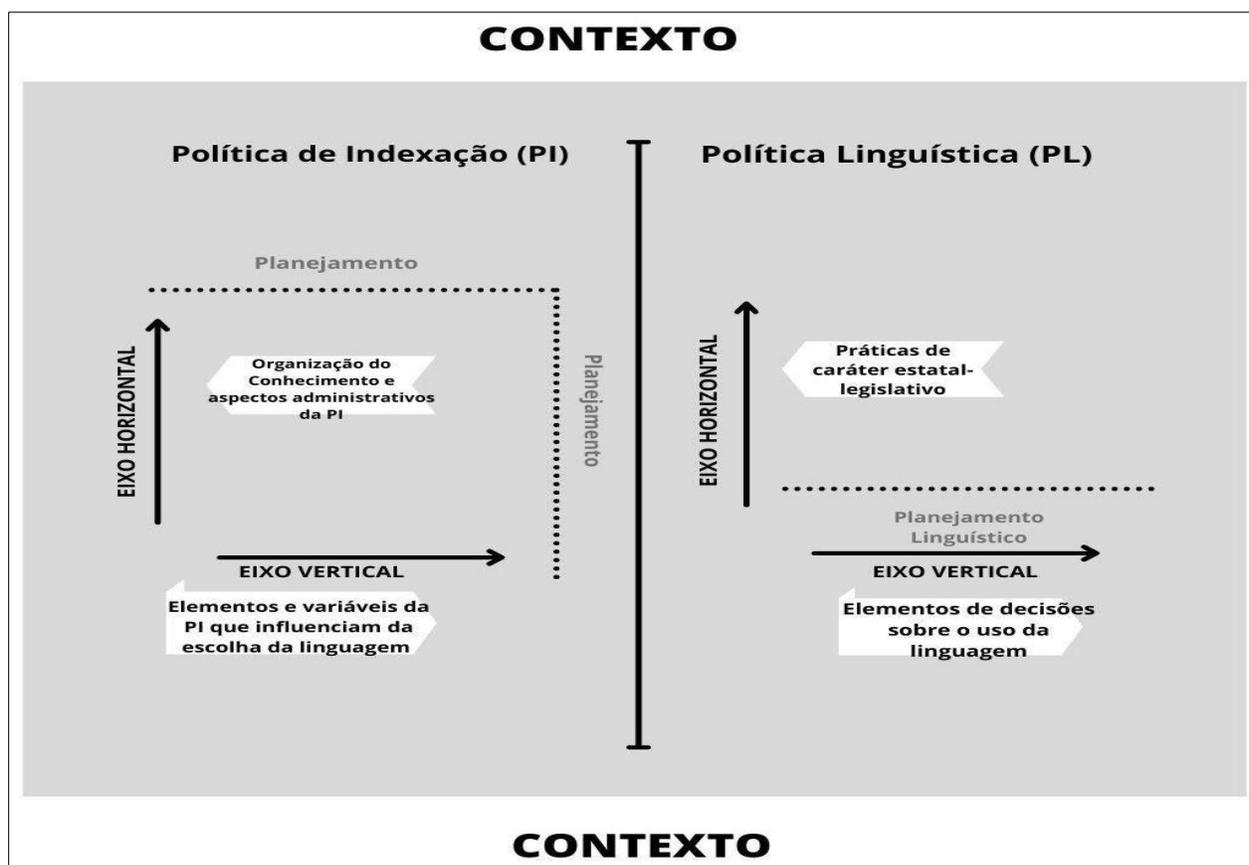
De acordo com os aspectos destacados no quadro acima, podemos inferir que eles podem aparecer de modo tácito e explícito, aproximando a política de indexação de uma política linguística. Todavia, deve-se clarificar alguns pontos pertinentes sobre os três aspectos:

- Na política de indexação o planejamento é usado somente para ajudar na elaboração das diretrizes, definir requisitos bases da política de indexação (Carneiro 1985), e determinar os eixos: horizontal e vertical (Gil Leiva e Fujita 2012). Já na política linguística, muitas vezes, o planejamento se confunde com a própria política linguística (Calvet 2007), não sendo um conceito homogêneo, pois a política linguística tem mais ligação com ações governamentais e o planejamento linguístico com decisões sobre o uso da linguagem, funcionando como o eixo vertical da política linguística (Severo 2013), como mostra a figura 1.

- O contexto torna-se importante para uma política de indexação, uma vez que o seu principal elemento é a indexação, que depende do contexto para definir conceitos, que interpretados previamente tornam-se termos, e assim, se deve “conhecer o contexto sociocultural dos documentos e da informação” (Lima, Fujita e Redigolo 2021 p. 298). Já em uma política linguística o contexto determinará a utilização da linguagem, pois em um contexto sociocultural, o indivíduo pode utilizar mais de um aspecto linguístico pelas relações sociais de grupos distintos (Garcez e Schulz 2016; Etto e Carlos 2017).

- Os eixos horizontais e verticais apesar das duas políticas possuírem, mas agem de formas diferentes, sendo que, na política de indexação os eixos têm funções de agentes administrativos e de organização do conhecimento, porém, na política linguística o eixo horizontal e vertical mostra características ideológicas e políticas, fazendo com que o uso da linguagem seja optativo, e não de padronização. Ainda assim, o ponto em comum é que os eixos ajudam a escolher a linguagem que será utilizada e esse uso é dependente do contexto (Severo 2013; Garcez e Schulz 2016; Fujita 2016). A partir da fundamentação teórica acima, pode-se observar como o planejamento, o contexto e os eixos aparecem em cada política de indexação na figura abaixo.

Figura 1 – A funcionalidade do contexto, planejamento e os eixos horizontal e vertical na PI e PL com base em Carneiro (1985) e Calvet (2007)



Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Na figura apresentada, visualiza-se que na PI o planejamento engloba os dois eixos e na PL, ele apenas envolve o eixo vertical, denominado de planejamento linguístico (Calvet 2007).

Complementando isso, o contexto envolve a PI e a PL na totalidade e todas as decisões referentes à elaboração das duas políticas devem obedecer ao contexto.

Nesse sentido, observa-se que as determinações da escolha da linguagem aparecem no eixo vertical, tanto na PI como na PL, e é um elemento importante na PL, além de ser uma variável da PI, que influencia diretamente no modo de como o profissional da informação deverá representar o conteúdo do documento para o usuário de uma rede de unidades de informação, sendo um elemento chave de observação para retirar aspectos de aproximações entre as duas políticas. Com base na metodologia e no estudo teórico levantou-se as seguintes categorias de análise: escolha da linguagem documentária, exaustividade e especificidade, que serão analisadas na seção seguinte, no qual aborda a discussão dos resultados desta pesquisa.

## 4 Discussão dos resultados

---

Esta seção trata-se da análise dos resultados obtidos durante a análise de conteúdo das políticas de indexação da UFG, UFAM e UNESP. Sendo que, os resultados foram divididos pelas categorias de análises estabelecidas na segunda etapa da análise de conteúdo: escolha da linguagem documentária, que é a primeira categoria a ser discutida, e logo em seguida, tem-se a especificidade e a exaustividade.

### 4.1 Escolha da linguagem documentária

---

Conforme a leitura flutuante realizada nas políticas de indexação, que é a primeira etapa da análise de conteúdo, foi possível a retirada de trechos das três políticas de indexação que representam a categoria de análise Escolha da linguagem documentária. Dado que, as diretrizes que tratam sobre a linguagem documentária são explícitas nos três documentos. Veja o quadro abaixo com os trechos de cada política:

Quadro 3 – Categoria: Escolha da linguagem documentária

<b>Objetivo:</b> Verificar como a escolha da linguagem é estabelecida pelo sistema de bibliotecas nas políticas de indexação	
<b>Política de Indexação</b>	<b>Trechos</b>
<b>UFG</b>	- “[...] até 2017 foi o pré-coordenado, contudo desde que se consolidou o padrão de concordância nos Termos da Linguagem da Biblioteca Nacional Brasileira (BN), [...] notou-se a necessidade de controlar o vocabulário de maneira semelhante ao da instituição citada, que é o pós-coordenação” (Universidade Federal de Goiás 2018 p. 13).
<b>UFAM</b>	- “[...]a linguagem será controlada, constituída de descritores (palavras ou expressões), passíveis de combinação entre si, no momento da indexação ou já prontas, para exprimir noções complexas” (Universidade Federal do Amazonas 2017 p. 5).
<b>UNESP</b>	- “[...] A Linguagem UNESP, conforme a LCSH e a Linguagem da BN, contém registros de autoridade para nome pessoal, nome corporativo (instituição), títulos uniformes, assuntos tópicos e geográficos. Eventos e séries não têm suas entradas padronizadas no catálogo de autoridades da UNESP, devendo, as entradas, serem feitas diretamente nos campos correspondentes dos registros bibliográficos contidos na base de dados UEP01 (Bibliográfico) do sistema Aleph [...]” (Universidade Estadual Paulista 2017 p. 24).

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

De acordo com o quadro 3, os trechos em destaque demonstram como a linguagem documentária é definida nas políticas de indexação. Desse modo, na leitura da política de indexação da UFG verificamos que a mesma foi elaborada no ano de 2018, e na pesquisa realizada não encontramos nenhuma atualização do documento, já que a política de indexação é considerada um documento flexível por permitir constantes atualizações para sanar as necessidades do sistema de bibliotecas (Rubi 2008).

Além disso, observa-se que até o ano de 2017, a linguagem usada era a pré-coordenada da Rede Bibliodata e depois, com a necessidade de exercer-se um controle maior da linguagem, passou-se a utilizar o vocabulário controlado da Biblioteca Nacional (BN), sendo um vocabulário pós-coordenado, assim, utilizando as duas formas: pré e pós-coordenada. Para Cervantes (2009, p. 36):

[...] uma linguagem pré-coordenada é aquela que requer a coordenação dos termos no momento da representação dos conteúdos documentários, enquanto uma linguagem pós-coordenada possibilita a coordenação dos termos no momento da busca e recuperação da informação.

Nessa perspectiva, tem-se a política de indexação da UFAM, que é um documento um pouco rígido no que diz respeito ao uso da linguagem, diferente da política anterior, que contém mais decisões sobre a aplicação de instrumentos e utilização terminológica.

Com base nisso, notou-se no documento poucas partes que tratam sobre o uso da linguagem. Contudo, a linguagem utilizada é controlada por meio de termos e expressões que combinam entre si. Além disso, encontrou-se outras decisões sobre a utilização da linguagem documentária, como o uso do Manual de Autoridades do sistema de bibliotecas da instituição e o Formato Marc-21, a partir desses dois instrumentos, o catalogador recebe a seguinte orientação:

O bibliotecário indexador deverá examinar se o descritor existente nessa base está autorizado por completeza e procedência, buscando a padronização, precisão e discriminação dos termos e de suas remissivas contidos no Catálogo de Autoridades (Universidade Federal do Amazonas 2017 p. 5).

Neste sentido, como a instituição é da Região Norte do Brasil, algumas representações da informação são específicas, pois alguns termos fazem parte da cultura indígena, bastante presente no cotidiano do povo nortista, como exemplifica o trecho retirado da própria política de indexação, salientando a decisão de “[...] II. Camponeses (subd. geog.), para indexar o termo usado para representar os moradores das margens dos rios na região Norte; 150 |a Ribeirinhos (subd. geog.) (TE) 650 |a Ribeirinhos (AM) [...]” (Universidade Federal do Amazonas 2017 p. 6).

Na citação acima, a política explica como usar o termo camponeses na região amazônica, que deverá ser substituído por ribeirinhos, quando se refere às populações que residem nas margens dos rios. Essas decisões são explícitas e implícitas ao mesmo tempo, pois como é uma instituição federal, a comunidade que utiliza o sistema de bibliotecas pode conter usuários indígenas na sua comunidade acadêmica ou externa (mesmo que o foco do sistema de bibliotecas seja atender as necessidades dos usuários internos).

Desse modo, nas decisões apresentadas percebeu-se a influência do contexto, que ajuda nas decisões sobre o uso da linguagem documentária. Sendo que muitos termos precisam ser adequados para sanar as necessidades dos usuários internos e externos do sistema de bibliotecas da UFAM.

A política de indexação da UNESP traz no seu trecho sobre o uso da linguagem da BN e da *Library of Congress Subject Headings* (LCSH), que é o vocabulário controlado da *Library of*

*Congress*, já que o sistema de bibliotecas da instituição utilizava a linguagem da Rede Bibliodata, mas notou-se que a linguagem da rede não estava sendo atualizada, pois “[...] em análise da LCARB, em comparação com a BN, verificamos que sua estrutura sintático-semântica é desatualizada” (Universidade Estadual Paulista 2017 p. 22).

Sendo assim, as decisões explícitas e em detalhes ajudaram na construção do vocabulário da instituição, chamado de “Linguagem UNESP” para uso na rede de bibliotecas e essas decisões apontadas podem ser vistas como diretrizes de uma política linguística, já que a forma de uso e substituição de vocabulário são formas de aspectos explícitos de uma política linguística.

Assim, observa-se que as decisões expostas nas políticas de indexação podem ser vistas como diretrizes explícitas de uma política linguística, já que os trechos destacam orientações sobre aplicação da linguagem documentária pelos profissionais do sistema de bibliotecas. Dando continuidade, a seção seguinte discorre acerca da categoria Especificidade.

#### 4.2 Especificidade

---

Com base na leitura realizada nas políticas de indexação foi possível identificar de forma clarificada as decisões referentes à Especificidade para representação da informação. Veja no quadro 4:

Quadro 4 – Categoria: Especificidade

<b>Objetivo:</b> Identificar de que forma a especificidade é trabalhada pelos sistemas de bibliotecas a partir da política de indexação	
<b>Política de Indexação</b>	<b>Trechos</b>
<b>UFG</b>	- “O bibliotecário catalogador deve indexar cada item tão especificamente quanto o permita a Linguagem BN” (Universidade Federal de Goiás 2018 p. 14). - “Nos casos em que termos específicos não sejam encontrados, utilizar o termo geral correspondente” (Universidade Federal de Goiás 2018 p. 15).
<b>UFAM</b>	- “[...] deverão ser adotados descritores específicos e abrangentes que permitam traduzir os conceitos identificados no documento” (Universidade Federal do Amazonas 2017 p. 5). - “Com a finalidade de permitir ao usuário a recuperação de documentos com alta precisão, o bibliotecário indexador adotará termos específicos (TE) e genéricos (TG [...])” (Universidade Federal do Amazonas 2017 p. 5).
<b>UNESP</b>	- “O profissional deve indexar cada item tão especificamente quanto o permita a Linguagem UNESP, representando fielmente os principais assuntos abordados no documento e, ainda, de forma que a indexação corresponda às necessidades informacionais nas estratégias de buscas dos usuários [...]” (Universidade Estadual Paulista 2017 p. 6).

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Os trechos em destaque no quadro acima, indicam as decisões expressas na política de indexação de cada instituição. Dado que, na política da UFG a representação da informação deverá ser de forma bem específica e utilizando o vocabulário da BN, tendo uma alta precisão na recuperação da informação. Todavia, foi possível identificar que caso não haja termos específicos referente ao conteúdo do documento deve-se usar o termo geral, como explica o segundo trecho na primeira linha do quadro 3.

Na UFAM, as diretrizes referentes à especificidade explicam que os termos devem ser específicos e abrangentes para representar o documento, além disso, deve-se combinar os termos gerais com os termos específicos para buscar uma alta precisão na recuperação da informação. Outrossim, eles não detalham qual vocabulário controlado específico utilizam para representar a informação.

Ainda sobre isso, a UNESP trabalha com o seu próprio vocabulário - a Linguagem UNESP, e os termos devem ser específicos até quando o vocabulário permitir, bem como sanar as estratégias de busca do usuário do sistema de bibliotecas.

Isto posto, estas decisões expressas nas políticas de indexação da UFG, UFAM e UNESP a respeito da utilização de termos específicos para representação da informação documental são

características explícitas de decisões no uso da linguagem, sendo um aspecto explícito da política linguística (Oliveira 2016). Desse modo, a próxima seção trata-se da categoria: Exaustividade, a última categoria a ser discutida.

### 4.3 Exaustividade

O nível de exaustividade identificado nas políticas de indexação pode ser um aspecto de uso da linguagem relevante, pois demonstra a quantidade de termos que deve ser utilizado para representar o conteúdo do documento (Rubi 2008). Dessa forma, no quadro abaixo contém trechos que remetem à exaustividade.

Quadro 5 – Categoria: Exaustividade

<b>Objetivo:</b> Observar o quantitativo de termos definidos pelo sistema de bibliotecas para representação da informação	
<b>Política de Indexação</b>	<b>Trechos</b>
<b>UFG</b>	- “[...] Devem ser empregados os termos em número suficiente para abranger o conteúdo temático do documento de forma mais completa possível [...]” (Universidade Federal de Goiás 2018 p. 15). - “[...] O número de descritores será limitado a: a) no mínimo: 2 (dois) e máximo 3 (três) para obras literárias, filmes de ficção, documentários, histórias em quadrinhos; b) no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) para literatura técnica científica [...]” (Universidade Federal de Goiás 2018 p. 15).
<b>UFAM</b>	- “[...] deverá ser empregado um número de descritores suficientes para abranger o conteúdo temático do documento [...]” (Universidade Federal do Amazonas 2017 p. 4). - “Deverão ser adotados o quantitativo mínimo de três e o máximo de dez descritores para cada acervo catalogado” (Universidade Federal do Amazonas 2017 p. 4).
<b>UNESP</b>	- “[...] Para as áreas de assunto de cada biblioteca é necessário o emprego de termos em número suficiente para abranger o conteúdo temático do documento de forma mais completa possível. O número de descritores será limitado para no mínimo: três e no máximo: 12 para todo tipo de documento. Na impossibilidade de determinar mais de dois assuntos, incluir um termo mais geral para completar o mínimo de três descritores [...]” (Universidade Estadual Paulista 2017 p. 6).

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Os trechos que representam as categorias de análises presentes no quadro 5, demonstram decisões explícitas de uso do nível de exaustividade em cada política de indexação das instituições selecionadas.

No sistema de bibliotecas da UFG, o quantitativo de termos recomendado pela política de indexação deve ser de 2 até 5 termos, dependendo do tipo de documento, já que o sistema define o quantitativo por gênero textual e pelo tipo de formato do documento, como demonstra o segundo trecho na primeira linha do quadro 5.

Ainda sobre a exaustividade, observa-se que no sistema de bibliotecas da UFAM, o quantitativo de termos para representar o documento varia entre 3 a 10 para todos os documentos do acervo, não definindo uma quantidade específica por tipo de documento.

Já no sistema de bibliotecas da UNESP, a quantidade de termos é mais extensa, sendo de 3 a 12 termos por documento, não tendo uma quantidade específica por tipologia documental, todavia, caso o tema do documento seja de uma outra área da existente da unidade de informação, o catalogador deve pedir auxílio da biblioteca da área específica (Universidade Estadual Paulista 2017).

Além disso, foi possível perceber que a recuperação da informação no sistema de bibliotecas da UFG será mais precisa que nos sistemas de bibliotecas da UFAM e da UNESP, pois pelo quantitativo de termos a recuperação terá uma alta revocação por ser mais exaustiva (Rubi 2004, 2008).

Essas decisões de uso da quantidade de termos para representação documental são decisões de uso da linguagem, mostrando a quantidade exata de termos que cada bibliotecário deverá utilizar para representação, já que os sistemas de bibliotecas podem conter bibliotecas especializadas e de áreas de conhecimento distintas. Assim, buscando uma padronização de quantitativo de termos entre as unidades de informação, como foi possível identificar na rede de bibliotecas da UNESP.

Sendo assim, pode-se considerar esta forma de utilização da linguagem documentária como uma característica também de uma política linguística (Oliveira 2016), de modo explícito, que são as diretrizes registradas na política de indexação, como os trechos citados no quadro 5. A partir das análises anteriores, na próxima seção contém uma análise geral dos resultados.

#### 4.4 Análise geral dos resultados

---

Na análise das três políticas de indexação (UFG, UFAM e UNESP) fica evidente decisões tomadas sobre o uso da linguagem documentária no contexto das bibliotecas universitárias. Visto que em uma delas o ambiente sociocultural influencia diretamente na escolha de termos, como exemplo: substituição de termos gerais por termos específicos, que fazem parte da cultura regional, como foi visto na política de indexação da UFAM.

A respeito disso, essas análises só foram possíveis a partir das categorias de análise: Escolha da linguagem, Especificidade e Exaustividade. Assim, facilitando nas interpretações e inferências que o texto trazia a respeito dessas categorias, já que as categorias funcionam como um termo de marcação dentro do texto, indicando a forma em que a linguagem documentária seria usada para indexar documentos no sistema de informação.

Sobre as categorias, no que tange a escolha da linguagem documentária, notou-se que duas políticas de indexação traçam um roteiro de como a linguagem documentária foi adaptada para o contexto da instituição. Esse roteiro foi identificado nas políticas de indexação da UFG e da UNESP, quando os dois sistemas de bibliotecas descrevem a necessidade de substituição de vocabulários, sendo o da Rede Bibliodata pelo da BN, além da criação do próprio vocabulário controlado, como foi identificado na política de indexação a “Linguagem UNESP” (Universidade Estadual Paulista 2017).

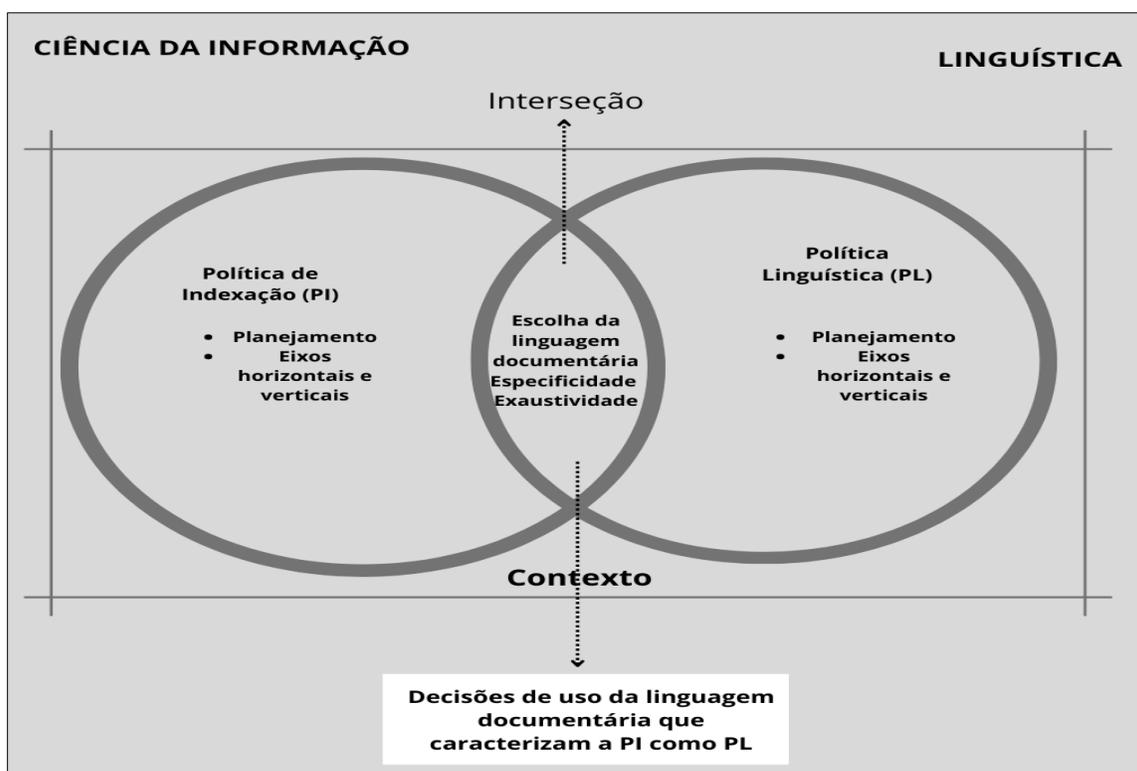
Na categoria de especificidade, as três políticas de indexação mostram explicitamente como o nível de especificidade deve ser trabalhado pelos bibliotecários da instituição, principalmente, utilizando termos mais específicos para representação do conteúdo, buscando uma recuperação mais precisa.

Quanto à exaustividade, percebeu-se a definição do quantitativo de termos utilizados para representar o documento em todas as políticas de indexação. Na política de indexação da UFG, o quantitativo de termos é definido com base no tipo de gênero textual e na tipologia do documento, já nas outras políticas de indexação, da UFAM e UNESP, o quantitativo mínimo e máximo de termos são para todos os tipos de documento, sem orientação específica.

Infere-se, assim, que as decisões expostas no quadro 4, 5 e 6, que discorrem sobre a escolha da linguagem, especificidade e exaustividade, podem ser consideradas aspectos explícitos de uma

política linguística. Os aspectos implícitos são interpretações oriundas de um determinado grupo de profissionais, direcionadas para a utilização da linguagem documentária, com o propósito de indexar e recuperar documentos, conforme o perfil do usuário. Entende-se, desse modo, que as políticas linguísticas podem vir incorporadas dentro de outras políticas (Garcez e Schulz 2016), como foi evidenciado na política de indexação por meio das interpretações feitas com ajuda das categorias e que fazem inferência ao uso da linguagem documentária, dentro do conteúdo das políticas de indexação analisadas. Veja a figura abaixo:

Figura 2 – Aproximações da PI com a PL



Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Na figura 2, a área de interseção entre as duas políticas demonstra os aspectos que aproximam as duas diretrizes de uso da linguagem. Esses aspectos de interseção são as variáveis do processo de indexação: escolha da linguagem, especificidade e exaustividade. Pois, dentro da política de indexação as variáveis estabelecem como a linguagem documentária deverá ser determinada pelo profissional da informação dentro de um sistema.

Portanto, entende-se que a política de indexação se aproxima de uma política linguística por meio das variáveis da indexação, no qual direcionam o uso da linguagem documentária para a representação da informação em unidades de informação. Sendo assim, pode ser entendida como uma política linguística documentária por efeito das diretrizes que orientam a forma em que a linguagem documentária deverá ser utilizada na representação da informação, levando em considerações diversas condições e variáveis para a representação. Na seção seguinte apresentam-se as considerações finais da pesquisa.

## 5 Conclusões

---

A partir do levantamento teórico, busca e seleção documental, e a aplicação da análise de conteúdo, constatou-se que a política de indexação pode vir a ser considerada uma política linguística no ambiente organizacional de unidades de informação.

Visto que a política de indexação contém decisões que ajudam no direcionamento de uso da linguagem documentária mediante o processo de indexação, que é o principal elemento que determina o uso da linguagem em uma política de indexação. As variáveis do processo de indexação, como: escolha da linguagem, especificidade e exaustividade são orientações que guiam o profissional indexador no estabelecimento e na forma de uso da linguagem documentária para representar o conteúdo de um documento.

Dessa forma, necessita-se que os coordenadores e profissionais integrantes dos sistemas de bibliotecas deem relevância à elaboração, atualização e disponibilização de acesso às políticas de indexação. Sendo que além de demonstrar a utilização da linguagem documentária, as políticas de indexação também podem ser vistas como fontes de informação para pesquisadores, profissionais da informação e usuários, já que o documento possui informações que vislumbram os afazeres biblioteconômicos da indexação e recuperação praticadas pelos profissionais, tal como pelo sistema de recuperação da informação.

Essas primeiras aproximações entre as duas políticas podem expressar uma relação de poder do profissional indexador sobre o usuário da instituição ou vice-versa. Uma vez que a política de indexação inclui decisões para representar a informação para diferentes tipos de

usuários, com culturas e vocabulários distintos, propondo padronizar o uso da linguagem em redes de unidades de informação, como as bibliotecas universitárias.

Assim sendo, a política de indexação por aproxima-se de uma política linguística através das decisões de uso da linguagem documentária presente nas variáveis do processo de indexação, como a escolha da linguagem, especificidade e exaustividade, estabelecendo uma interseção da área da Linguística com a Ciência da Informação pela representação da informação Além disso, também, pode ocasionar relações entre o campo da Ciência da Informação e da Sociolinguística, por meio das relações sociolinguísticas que fazem parte do contexto, do planejamento e dos eixos horizontais e verticais, que são aspectos comuns entre as políticas.

## Notas

---

(1) O presente trabalho foi desenvolvido com o apoio da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA).

## Referências

---

- Almeida, Carlos Cândido de, Farias, Mona Cleide Quirino da Silva, e Matias, Ilana Lopes. “Linguística documental espanhola no brasil: diálogos entre garcía gutiérrez e lara”. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, vol. 25, 2020, p. 1-19, <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/134551>. Acessado 15 jun. 2022.
- Bakhtin, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Hucitec, 2006.
- Bardin, Laurence. *Análise de conteúdo*. Edições 70, 2016.
- Barros, Lidia Almeida. *Curso básico de terminologia*. Editora Universidade de São Paulo, 2004.
- Borko, Harold. “Information Science: What is it?” *American Documentation*, vol. 19, no. 1, Jan. 1968, p. 3-5, [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1992827/mod\\_resource/content/1/Borko.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1992827/mod_resource/content/1/Borko.pdf). Acessado 30 dez. 2021.
- Calvet, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. Parábola-IPOL, 2007.
- Carneiro, Marília Vidigal. “Diretrizes para uma política de indexação”. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, vol. 14, no. 2, Set. 1985, p. 221- 241, <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/73170>. Acessado 03 jan. 2022.

- Cervantes, Brígida Maria Nogueira. *A construção de tesouros com a integração de procedimentos terminográficos*, 2009, [https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/cervantes\\_bmn\\_do\\_mar.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/cervantes_bmn_do_mar.pdf). Universidade Estadual Paulista, Tese de doutorado, Acessado 20 dez. 2021.
- Cintra, Anna Maria Marques, et al. *Para entender as linguagens documentárias*. Editora Polis, 2002.
- Dal'Evedove, Paula Regina, e Fujita, Mariângela Spotti Lopes. “A pesquisa sobre política de indexação no brasil: avanços e desafios”. *Scire*, vol. 17, no. 2, Jul./Dic. 2015, p. 49-56, <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/232452>. Acessado 14 dez. 2021.
- Etto, Rodrigo Mazer, e Carlos, Valeska Gracioso. “Sociolinguística: o papel social da língua”. *Mosaico*, vol. 16, no. 1, 2017, p. 719-737. <http://www.olhodagua.ibilce.unesp.br/index.php/revistamosaico/article/viewFile/444/414>. Acessado 18 jan. 2023.
- Fonseca, Luciana Di Paula Andrade da, e Redigolo, Franciele Marques. “Política de Indexação em bibliotecas universitárias da área da saúde”. *Brazilian Journal of Information Science: Research Trends*, vol. 14, no. 3, Jul./Set. 2020, p. 1-22, <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/10237>. Acessado 14 dez. 2021.
- Fujita, Mariângela Spotti Lopes. “A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação”. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, vol.1, no.1, Jul./Dez., 2003, p.60-90, <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2089>. Acessado 10 dez. 2021.
- Fujita, Mariângela Spotti Lopes. Org. *Política de indexação para bibliotecas: elaboração, avaliação e implantação*. Oficina Universitária; Cultura Acadêmica, 2016.
- Garcez, Pedro de Moraes, e Schulz, Lia. “ReVEL na Escola: do que tratam as políticas linguísticas”. *ReVEL*, vol. 14, no. 26, 2016, <http://www.revel.inf.br/files/1fc4077482ba3d206870ef1299923a0f.pdf>. Acessado 03 jan. 2022.
- Garcia, Valdenise César, Redigolo, Franciele Marques, e Benchimol, Alegria Célia. “Estudo bibliométrico da produção científica sobre políticas de indexação no banco de teses e dissertações da capes”. *RICI: Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, vol. 11, no. 3, Set./Dez. 2018, p. 729-750, <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/10459>. Acessado 16 dez. 2021.
- Gil Leiva, Isidoro, e Fujita, Mariângela Spotti Lopes, editors. *Política de indexação*. Cultura Acadêmica, Oficina Universitária, 2012.
- Gil Leiva, Isidoro. *Manual de indización: teoría y práctica*. Gijón: Trea, 2008.

- Gomes, Rainer Finelli, e Lima, Gercina Ângela Borém de Oliveira. “Importância da política de indexação para as unidades de informação: uma revisão sistemática da literatura”. *Em Questão*, 2020, <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/150852>. Acessado 04 jan. 2022.
- Lancaster, Frederick Wilfrid. *Indexação e resumos: teoria e prática*. Briquet Lemos, 2004.
- Lima, Gercina Ângela, Fujita, Mariângela Spotti Lopes, e Redigolo, Franciele M. “A importância do contexto para a indexação”. *Ponto de Acesso*, vol. 15, no. 3, Dez. 2021, p. 283-302, <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/47469/25920>. Acessado 03 jan. 2022.
- Maimone, Giovana Deliberali, e Tálamo, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. “Linguística e terminologia: contribuições para a elaboração de tesouros em ciência da informação”. *DataGramZero*, vol. 12, no. 2, Abr. 2011, <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/7356>. Acessado 04 jan. 2022.
- Mendonça, Ercilia Severina. “A linguística e a ciência da informação: estudos de uma interseção”. *Ciência da Informação*, vol. 29, no. 3, Set./Dez. 2000, p. 50-70, <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/873>. Acessado 05 nov. 2021.
- Minayo, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Hucitec, 2000.
- Oliveira, Gilvan Müller. “Políticas Linguísticas: uma entrevista com Gilvan Müller de Oliveira”. *ReVEL*, vol. 14, no. 26, 2016, <http://www.revel.inf.br/files/e92f933a3b0ca404b70a1698852e4ebd.pdf>. Acessado 20 nov. 2021.
- Rubi, Milena Polsinelli. *Política de indexação para construção de catálogos coletivos em bibliotecas universitárias*, 2008, <http://hdl.handle.net/11449/103388>. Universidade Estadual Paulista, Tese de doutorado, Acessado 20 nov. 2021.
- Rubi, Milena Polsinelli. *A política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional*, 2004, [https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/rubi\\_mp\\_me\\_mar.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/rubi_mp_me_mar.pdf). Universidade Estadual Paulista, Dissertação de mestrado. Acessado 20 nov.2021.
- Severo, Cristine Gorski. “Política (s) linguística (s) e questões de poder”. *Alí*, v. 57, n. 2, 2013, p. 451-473, <https://www.scielo.br/j/alfa/a/YRbtMdqmCWxKjtn8SQWGmHj/?format=pdf&lang=pt>. Acessado 04 jan. 2022.
- Silva, Elias Ribeiro. “A pesquisa em política linguística no brasil: contribuições dos estudos sobre crenças e ensino/aprendizagem de línguas”. *XVII Congreso Internacional Asociación De Lingüística Y Filología De América Latina*, 2014, [www.mundoalfal.org/CDAnaisXVII/trabalhos/R0885-1.pdf](http://www.mundoalfal.org/CDAnaisXVII/trabalhos/R0885-1.pdf). Acessado 30 dez. 2021.

Universidade Estadual de Goiás. Sistemas de Bibliotecas da UFG. “Manual de política de indexação para as bibliotecas da ufg”. *UFG*, 2018,  
[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/88/o/Manual\\_Politica\\_SIBi\\_UFG.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/88/o/Manual_Politica_SIBi_UFG.pdf). Acessado 04 jan. 2022.

Universidade Estadual Paulista. Coordenadoria Geral de Bibliotecas. “Manual de política de indexação para as bibliotecas universitárias da Unesp”. *Unesp*, 2017,  
[www.biblioteca.unesp.br/portal/arquivos/manual-politica-indexacao-2017.pdf](http://www.biblioteca.unesp.br/portal/arquivos/manual-politica-indexacao-2017.pdf). Acessado 04 jan. 2022.

Universidade Federal do Amazonas. Sistema de Bibliotecas. “Política para indexação de acervo do sistebib/ufam”. *UFAM*, 2017,  
[https://biblioteca.ufam.edu.br/images/doc/politica\\_indexacao\\_revistaRM.pdf](https://biblioteca.ufam.edu.br/images/doc/politica_indexacao_revistaRM.pdf). Acessado 04 jan. 2022.

---

Copyright: © 2023 Fonseca *et al.* This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons CC Attribution-ShareAlike (CC BY-SA), which permits use, distribution, and reproduction in any medium, under the identical terms, and provided the original author and source are credited.

---

Received: 05/08/2022

Accepted: 10/01/2023